

TERESOPOLITANAS

Divulgação



A votação, realizada de forma nominal

Câmara reelege Mesa Diretora para biênio 2027-2028

A Câmara Municipal de Teresópolis retomou seus trabalhos após um mês de recesso parlamentar e durante a primeira sessão extraordinária da casa, os vereadores elegeram por unanimidade a nova Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos legislativos no biênio 2027-2028. Como

apenas uma chapa concorreu, a decisão foi unânime. Com isso, Luciano Santos segue como Presidente da Câmara, Dr. Amorim como Vice-presidente, Fidel Faria como 1º secretário e Bruninha Almeida como 2º secretária. A reunião também abordou outros temas.

Transporte I

A partir desta terça-feira (12), terá início em Teresópolis a edição 2025 da Pesquisa QualiÔnibus, iniciativa que visa avaliar a satisfação dos passageiros em relação ao serviço de transporte coletivo.

Transporte III

Até o dia 22, uma equipe composta por 10 pesquisadores, uniformizados e identificados com crachá, vão realizar entrevistas com passageiros nos pontos de embarque e no interior dos coletivos.

Transporte II

A ação é resultado de uma parceria entre o WRI Brasil, a Semove (Federação das Empresas de Mobilidade do Estado do Rio de Janeiro) e as viações Dedo de Deus e 1º de Março, que operam na cidade.

Transporte IV

O objetivo do levantamento é traçar um diagnóstico atual do transporte coletivo, investigando hábitos de deslocamento, tempo médio de viagem e impacto do trânsito e a percepção dos passageiros.

CORREIO SERRANO

Divulgação

Carreta da saúde

A Secretária Municipal de Saúde de Três Rios iniciou nesta semana uma ação com o objetivo de ampliar o acesso a exames. A Carreta da Saúde está em funcionamento na Praça São Sebastião, oferecendo 990 procedimentos



Carreta está no centro

gratuitos, entre 320 mamografias, 450 ultrassonografias, 150 densitometrias e 80 ecocardiogramas. A iniciativa visa reduzir a fila de espera por exames e agilizar diagnósticos, agilizando o início dos tratamentos dos pacientes.

Acervo ampliado

A Biblioteca Municipal Maria Margarida Liguori, de Nova Friburgo, foi contemplada com um voucher no valor de R\$ 10 mil, concedido pelo Governo do Estado do Rio para aquisição de livros na Bienal do Livro 2025, realiza-

da entre 13 e 22 de junho. Com o recurso, a biblioteca adquiriu mais de 300 livros que agora passam a integrar o acervo da maior biblioteca pública do município. Ao todo, 67 bibliotecas municipais foram contempladas.

Castramóvel

A Prefeitura de Areal está realizando a castração dos animais por meio do Castramóvel. Nesta segunda-feira (11) o veículo esteve na localidade Gaby, ao lado da Capela Nossa Senhora Aparecida. A ação itinerante vai percorrer outras regiões.

Segurança

Na última quinta-feira (07), a Central de Monitoramento - Nova Friburgo Cidade Inteligente completou 10 anos de inauguração, que ocorreu em 2015. Ela atua como apoio à Guarda Civil Municipal, Defesa Civil, Polícia Militar, entre outras instituições.

Prevenção

A Prefeitura de Carmo, por meio da Secretária Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária, segue com a aplicação de veneno nos bueiros do município, agora atendendo os distritos, com o objetivo de combater a infestação de escorpiões e baratas.

Incêndio

A Prefeitura de Paraíba do Sul reforçou as ações de combate aos incêndios florestais no município. A medida visa a redução dos registros de ocorrência e é realizada em conjunto com o Guarda-Parques. O risco de incêndio na cidade é muito alto.

Nova Friburgo poderá ter campanha contra queimadas ambientais

Município registou 17 focos de incêndio no primeiro semestre

Por Leandra Lima

Nova Friburgo poderá ter pacote de medidas para combate de queimadas em áreas verdes. O Projeto de Lei, do vereador Marcos Marins (PSD) prevê acréscimo de inciso ao art. 93 da Lei Complementar Municipal nº 045 de 23/12/2009 sobre meio ambiente e propõe campanha de conscientização, prevenção e controle de incêndios. O município registou durante o primeiro semestre de 2025, 17 focos de fogo em natureza verde. O número é mais da metade das ocorrências de todo ano de 2024, sendo elas 29.

As queimadas causam degradação ambiental, prejudicando a saúde e sustentabilidade da área ecológica, como previsto no artigo 225 da Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, mas nem sempre essas garantias são mantidas precisando de uma intervenção de políticas públicas para ter resguardado esses espaços.

Nesse sentido o parlamentar reforçou que reconhece o estado de emergência climática e os problemas que os incêndios causam. “As queimadas, sejam elas intencionais ou acidentais, contribuem significativamente para o aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, liberando grandes



Divulgação/CBMERJ

A PL amplia o rol das infrações ambientais disposto no Código Ambiental Municipal

quantidades de dióxido de carbono (CO2), metano (CH4) e óxido nitroso (N2O), além de outros poluentes atmosféricos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente”, disse na justificativa do projeto.

Novas medidas

A PL amplia o rol das infrações ambientais disposto no Código Ambiental Municipal. Dentro das medidas propostas os destaques são as proibições de limpeza de terreno com fogo incluindo o manejo de terreno e solo para receber plantio e colheita território municipal. Além desses, a queima de galhos ou folhas, ou o extermínio de lixo doméstico, também se encaixam nesse artigo.

Apesar das restrições, ain-

da fica uma brecha na lei que permite à prática, como o inciso 2º do projeto de Lei que desafrouxa as proibições para alguns casos. “[...] Ficam afastadas das proibições demais recomendações em conformidade com a legislação vigente, desde que previamente autorizadas pelo órgão competente [...]”, ou seja, dependendo da razão para a limpeza de terrenos, poderá ser concedida a queimada.

Em razão as inflações, as ações poderão implicar em multas aos malfetores. “Nos casos de reincidência, o valor da multa será, no mínimo, o dobro da multa anterior. As queimadas em áreas vegetadas de extensão superior a cem metros quadrados, o valor da mul-

ta a ser estabelecida deverá ser calculado pelo órgão competente com base na magnitude do dano causado”, trecho da lei.

Já a campanha de conscientização vai buscar informar a comunidade sobre os malefícios dos incêndios, alertando sobre os riscos a saúde e o meio ambiente. Sensibiliza-los sobre a importância de evitar a emissão de fumaças e poluentes atmosféricos, com o objetivo de neutralizar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa no município a longo prazo.

Responsabilidade

A responsabilidade de regulamentação e fiscalização caberá à Prefeitura Municipal, que também deverá criar Brigadas Voluntárias de Incêndio no município.

Justiça mantém interdição do Crazy Park e amplia exigências para liberação

Por Gabriel Rattes

O Crazy Park, interditado desde o acidente que matou o jovem João Victor Souza Trindade da Silva, de 19 anos, em maio deste ano, seguirá sem poder funcionar em Petrópolis ou em qualquer outra cidade do Brasil. A decisão foi reforçada e ampliada pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves, da 4ª Vara Cível, após audiência especial realizada na última quinta-feira (07/08). O magistrado manteve a suspensão total das atividades e determinou uma série de novas obrigações à empresa, ao município e a outros órgãos públicos, para garantir a segurança dos usuários e preservar as provas até a conclusão da perícia.

Além de continuar impedida de operar, a Crazy Park está proibida de movimentar, alterar ou retirar qualquer brinquedo ou estrutura do parque, especialmente o “Expresso do Amor”, que provocou o acidente. A medida também atinge qualquer outra empresa do mesmo ramo que tenha ligação com o proprietário do Crazy Park, Célio de Jesus Campos, inclusive como sócio ou prestador de serviços.

O juiz ordenou ainda que a empresa apresente documentos sobre outros acidentes envolvendo seus brinquedos — como o ocorrido em 2023 no bairro de Bangu, no Rio, e o registrado em Cabo Frio este ano — e laudos que comprovem a manutenção preventiva de todas as atrações, inclusive as alugadas.

Cobrança ao prefeito, Câmara e Bombeiros

O prefeito Hingo Hammes



Thiago Alvarez/CM

O juiz ordenou ainda que a empresa apresente documentos sobre outros acidentes envolvendo seus brinquedos

foi intimado pessoalmente a informar se existe ou está em elaboração um regulamento específico para a instalação e funcionamento de parques de diversões no município. Solicitou também a apresentação dos documentos de todas as fiscalizações realizadas pelos órgãos de administração direta nos dias que o Crazy Park esteve em atuação no Parque Municipal de Itaipava.

Já a Câmara Municipal terá de dizer se criou uma comissão especial para acompanhar o caso e se existe algum projeto de lei para reforçar as normas de segurança em eventos.

O Corpo de Bombeiros deverá apresentar documentos internos que comprovem inspeções antes e depois do início das atividades do Crazy Park em Itaipava.

Prazos e multas

Todos os órgãos e a empresa têm seis dias corridos para cumprir as determinações. O

descumprimento resultará em multa automática de R\$ 4 mil, acrescida de R\$ 1 mil por dia em caso de repetição da infração.

Perícia começa com engenheiros nomeados

A perícia técnica nos brinquedos será feita por dois engenheiros — um electricista e um mecânico — indicados pelo juiz. Os custos serão pagos pela própria empresa, como havia sido proposto por sua defesa.

Laudo aponta falhas graves

Como informado pelo Correio Petropolitano na última semana, durante a audiência, o delegado Vitor Maranhão, da 106ª DP, reafirmou que o laudo policial apontou falhas graves no “Expresso do Amor”. O delegado destacou que a perícia confirmou que não havia um mecanismo de segurança redundante. Também foi constatado que, com três pessoas no

mesmo carrinho, os passageiros nas laterais acabavam naturalmente posicionando os braços para fora, o que deixava a alavanca de segurança ao alcance das mãos — algo que compromete a segurança do brinquedo. A lotação do brinquedo, segundo a perícia, deveria ser de duas pessoas por carrinho, não três, como ocorria na prática.

Além disso, a Polícia Civil investigou que o mesmo brinquedo já havia causado a morte de uma pessoa em 2023, no bairro de Bangu, no Rio, quando era operado por outra empresa do mesmo proprietário. A promotora Vanessa Katz destacou que houve ainda registro de irregularidades em outro equipamento do Crazy Park, em Cabo Frio, no início de 2025.

O que motivou a ação do Ministério Público?

A ação foi motivada por um acidente ocorrido na madrugada de 3 de maio de 2025, durante o funcionamento do Crazy Park no Parque Municipal de Itaipava. O brinquedo “Expresso do Amor” teve uma falha na trava de segurança, e os jovens João Victor e Raissa Dutra foram lançados do equipamento, colidindo com partes metálicas. João Victor morreu no local.

O Ministério Público pediu a produção antecipada de provas para evitar que as condições do parque fossem alteradas antes da perícia. A preocupação é que os brinquedos, montados a céu aberto, estão expostos ao tempo e a possíveis interferências humanas, o que pode comprometer a integridade da prova